Utilitarismo e libertarianismo à luz da obra Justiça: o que é fazer a coisa certa?

Autor(res)

Felipe Rossi De Andrade
Victor Gabriel De Aguiar Santos

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UCB - UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA

Introdução

Desde as civilizações mais antigas até o mundo hodierno, a preocupação com o “fazer justiça” sempre esteve presente a realidade humana, mesmo que de maneiras diferentes. As sociedades evoluíram e, portanto, um simples modelo de ação aplicado de forma unilateral para um complexo contigente de seres humanos completamente diferentes entre si não se mostra a solução mais eficaz. Dessa forma, ao longo do tempo surgiram pensadores que desencadearam correntes de reflexão e pensamento acerca dessa temática, dentre elas destacam-se o libertarianismo e o utilitarismo. O presente trabalho acadêmico visa realizar um debate acerca de ambas correntes e sua aplicabilidade na justiça usando como base teórica a obra “Justiça: o que é fazer a coisa certa?” de Michael Sandel.

Objetivo

Promover o debate entre duas correntes político-filosóficas divergentes acerca da sua aplicação ao conceito de justiça.

Material e Métodos

Para elaboração do presente trabalho acadêmico de resumo expandido, utilizou-se como referência a obra "Justiça: o que é fazer a coisa certa?" do filósofo e escritor "Michael Sandel" com o fito de abordar a temática do conflito entre o utilitarismo e libertarianismo no que concerne a aplicabilidade da justiça. O método fundamentou-se em uma leitura minunciosa e critíca acerca dos diferentes embates que Sandel propõe como forma de ilustrar a justiça sob diversos âmbitos, valendo-se do caso discutido no livro sobre a cobrança de impostos a partir da fortuna de pessoas abonadas para redução da desigualdade social.

Resultados e Discussão

O conceito do libertarianismo, propriamente dito, se fundamenta na liberdade individual absoluta, isto é, o indivíduo é detentor de todos os direitos sobre suas escolhas, ou deveria ser, em qualquer ocasião. Por outro lado, entende-se por utilitarismo a busca pela máxima felicidade alcançável, logo as escolhas não devem estar ao alcance da simples liberdade de escolha do indivíduo, mas devem apresentar uma finalidade, de certo modo, filantrópica. Ocorre que, em um mundo ideal, talvez essas idéias pudessem ser aplicadas de maneira integral e alcançando os resultados pretendidos, via de regra, uma sociedade mais justa. No entanto, quando confrontado com hipóteses e

fatos concretos, é notório as lacunas que a mera aplicação de apenas uma de tais lógicas apresenta. Sob essa ótica, surge o questionamento: qual será o modelo com maior aplicabilidade à sociedade quando se objetiva a justiça?

A obra de Michael Sandel “Justiça: O que é fazer a coisa certa?” aborda diversos fatos e hipóteses para expandir a ideia de que a justiça não possui apenas uma única via. Acerca dessa temática, o livro traz um caso interessante que ilustra esse cenário: a repartição de riqueza por meio da cobrança de impostos sobre a fortuna dos mais ricos. Do ponto de vista libertário, compreende-se que a imposição de uma cobrança sobre a riqueza de alguém viola diretamente o princípio da liberdade de escolha, levando em consideração que se uma pessoa quiser ajudar a outra, isso deve partir unicamente das suas próprias vontades. Já do olhar utilitarista, essa cobrança aparenta ser justa, uma vez que, certamente, promoverá a felicidade de um quantitativo maior de pessoas.

O cerne do conflito se encontra exatamente neste ponto, o que seria mais justo: priorizar as escolhas pessoais de alguém enquanto a desigualdade social é uma problemática ou reprimir direitos individuais com a finalidade de alcançar um bem comum? Ainda que o ponto de vista utilitarista aparente ser moralmente mais correto, ele possui uma problemática a ser considerada, a qual consiste na priorização de uma maioria em detrimento de uma minoria. Outrossim, o viés libertário também apresenta um óbice, o qual consiste na desconsideração do contexto social em virtude da priorização da própria pessoa. Assim, então, entra o debate que fundamenta a obra: o que seria fazer a coisa certa? A resposta é: depende. Há casos em que os direitos individuais devem ser priorizados sob qualquer custo, como por exemplo o poder de decisão sobre a carreira profissional de uma pessoa. Ainda que o mercado já esteja saturado de tal profissão e deficitário de outras, o Estado não pode forçar alguém a seguir uma determinada carreira, sob o pretexto de, a longo prazo, gerar maior “felicidade” ao contexto social como um todo. No entanto, entende-se também que a mera valoração anterior de qualquer direitos individuais não pode existir quando se fala em um contexto de sociedade. A ideia de conviver num meio social, fundamenta-se, principalmente, no ideal de compartilhamento. Há situações em que o direito individual não deve se sobressair, como por exemplo em circunstâncias na qual se fere o direito de terceiros.

Conclusão

A justiça não representa a mera aplicação de um pensamento lógico-filosófico. Por vezes, o utilitarismo será a escolha mais justa, outrora o libertarianismo. É necessário sempre a avaliação do contexto do fato concreto para entendimento da melhor maneira de se mediar o conflito. Assim, então, há menor risco de forçadamente amoldar a situação para caber num contexto ideológico específico prejudicando o "fazer justiça".

Referências

SANDEL, Michael J. Justiça: o que é fazer a coisa certa. Tradução de Heloísa Matias e Maria Alice Máximo. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.